

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.004 - PE (2019/0303386-9)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : G F DOS S (PRESO)  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO ARTUR RAMOS DOS SANTOS - PE027141  
RICARDO ALEXANDRE DA COSTA - PE040008  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por G F DOS S contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, proferido no julgamento do HC n. 0000718-85.2019.8.17.0000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi condenado à 13 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime disposto no art. 217-A c/c o art. 226, inciso II, ambos da Código Penal (estupro de vulnerável). Foi-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* perante a Corte estadual, a qual denegou a ordem em acórdão assim ementado, *in verbis* (fl. 232):

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. EXISTÊNCIA DE DUAS CONDENAÇÕES PELA MESMA ESPÉCIE DE CRIME. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE REAL. RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.*

1. O fato de ter o paciente permanecido solto durante o curso da instrução criminal não lhe assegura o direito de assim permanecer, havendo plena possibilidade de decretação da prisão preventiva quando da sentença condenatória, vez que presentes os requisitos e fundamentos legalmente exigidos.

2. Não obstante, é certo que não se evidencia constrangimento 'legai na decisão que decretou a prisão preventiva do Paciente, já que devidamente fundamentada e calcada nos requisitos expostos no art. 312 e 313 do CPP.

3. A decisão vergastada por fundamento a necessidade de garantia la ordem pública, ante a periculosidade concreta do Paciente, evidenciada pelas circunstâncias em que o crime foi cometido, especialmente pela real possibilidade de reiteração delitiva, uma vez que o paciente já foi condenado duas vezes pelo mesmo tipo penal (estupro de vulnerável).

4. Não há, portanto, razões para refo a o decreto

# Superior Tribunal de Justiça

*prisional, uma vez que permanecem os motivos que ensejaram a constrição cautelar.*

*s. Ordem denegada. Decisão Unânime (fl. 61).*

No presente recurso, aponta não estarem presentes os requisitos para imposição da custódia cautelar, destacando a desproporcionalidade da medida extrema, já que o recorrente respondeu a todo o processo em liberdade, e compareceu a todos os chamados da justiça.

Requer, em sede liminar e no mérito, a revogação do decreto prisional, com a expedição do competente alvará de soltura em favor do recorrente, a fim de que responda ao processo em liberdade.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indeiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator